CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 2701/75

Aprovado por Deliberação

Em 6/12/1973

PROCESSO CES n° 2205/72

INTERESSADO: Orlando Franguelli Júnior

ASSUNTO: Solicita seja dada autorização à Escola Técnica de Comércio "Sedes Sapientiae", de Avaré, para expedir certificação de conclusão de exame de madureza, feito na vigência da Lei Federal n° 4024/61, artigo 99, sob o regime federal, que incluía uma língua viva, uma vez que em seu lugar fez Filosofia, sob o regime estadual (Deliberação CES-n° 1/69), e, outrossim, porque pela Lei federal n° 5692/71, não se exige mais exame de língua viva.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

RELATOR: Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello

HISTÓRICO:

Solicita o interessado, Orlando Franguelli Júnior, que seja dada autorização à Escola Técnica de Comércio e Sedes Sapientiae", de Avaré para expedir certificado de conclusão de exame de madureza, feito na vigência da Lei federal n° 4024/61, artigo 99, sob o regime federal, que incluía uma língua viva, uma vez que em seu lugar fez Filosofia, sob o regime estadual (Deliberação CEE-n° 1/69), e, outrossim, porque pela Lei federal n° 5692/71, não se exige mais exame de língua viva.

FUNDAMENTAÇÃO:

Como se verifica na Deliberação CEE n° 1/69, o exame de madureza, sob o regime estadual, estabelecia, no seu artigo 2°, que, além das matérias do ciclo ginásial, deveria o candidato ao ciclo colegial optar por mais uma disciplina, a saber: Língua Moderna, Filosofia ou Desenho.

Sob o regime federal, ao contrário do estadual, no nível colegial, se exibia fizesse o candidato as matérias constantes do nível ginásial e mais uma disciplina, a sua escolha, entre as Línguas vivas.

Acontece, que o requerente, não obstante tenha feito o seu exame de

madureza, de 2º ciclo, sob o regime federal, em lugar de fazer o exame de uma língua viva o fez de Filosofia. O primeiro desses exames, de Educação Moral e cívica, em agosto de 1971, e os demais era novembro de 1971, quando já promulgada a Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e, entrada já em vigor em 12 de agosto de 1971.

Mas as normas para os exames supletivos, antigo exame de madureza, só foram baixadas pelo Conselho Estadual de Educação, em 19 de agosto de 1972, pela Deliberação CEE-nº 15/72.

Nessa última deliberação se assegurou, como não podia deixar de ser, que os candidatos que iniciaram o exame sob o regime da Lei nº 4024/61, e aprovados até 31 de dezembro de 1971, podiam continuar nesse regime. Por outro lado, a Deliberação CEE- nº 20/72, autorizou estabelecimento de ensino do sistema estadual a fornecer certificado de conclusão de exame de madureza ao candidato que por acaso tivesse eliminado, em conjunto, pelos regimes estadual e federal, as disciplinas exigidas de regime estadual.

Quando o requerente se submeteu ao exame de madureza, ainda o fez nos termos da Lei nº 4024/61, artigo 99, porquanto já estava inscrito para o exame quando da promulgação da Lei nº 5692/71.

Demais, pelo artigo 85, desse diploma legal, permaneciam, por todo o ano de 1971, exigências de idade e de critérios de exame supletivo constantes de legislação vigente na data da sua promulgação. Aliás, interpretação a esse texto, pelo Conselho Federal de Educação, deu-lhe extensão para todos os que tivessem iniciado exame de madureza antes da Lei nº 5692/71. Aliás, antes desse pronunciamento, isso sustentava em parecer oferecido a este Conselho Estadual de Educação, fundado no direito adquirido dos interessados.

Contudo, esse direito de reger-se pelo sistema anterior, não inibe de, que, em entrando em vigor a Lei, pleiteiem os interessados benefícios que lhes advenham do novo texto, sem prejuízo do reconhecimento do seu direito adquirido.

Pelo artigo 24, parágrafo único, da Lei nº 5692/71, os exames supletivos, antigos de madureza, abrangem os cursos e exames de acordo com as normas dos respectivos Conselhos de Educação, portanto, Conselhos Estaduais. Por outro lado, pelo artigo 2º, da citada Lei, o ensino de 1º e 2º graus, quanto à organização administrativa, didática e disciplinar pas.

saram para o sistema estadual, ressalvada a fixação do Núcleo Comum dos currículos pelo Conselho Federal de Educação.

Não constando a disciplina língua viva do Núcleo Comum. entendo os exames de madureza passado para o sistema estadual, uma vez o requerente, ao fazer o seu exame pelo sistema federal, tenha eliminado todas as disciplinas constantes do currículo estadual, se me afigura lícito de decidir o Conselho Estadual de Educação, determinando a expedição pela Escola Técnica de Comércio "Sedes Sapientiae", de Avaré, neste Estado, ora sujeita administrativamente à fiscalização estadual, do certificado de conclusão do curso de madureza do requerente.

Casos como o presente, nesse período de transição, entre um regime e outro, devem merecer solução liberal, impedindo fiquem os alunos interessados prejudicados, e evitando-se, assim, duas soluções diferentes para casos idênticos de exame de madureza no Estado, feitos sob regime diferente, uma vez vieram a ser unificados.

CONCLUSÃO:

Opino seja dada autorização à Escola Técnica de Comercio e Sedes Sapientiae", de Avaré para expedir certificado de conclusão de exame de madureza, feito na vigência da Lei federal nº 4024/61, artigo 99 sob a regime federal, que incluía uma língua viva, uma vez que em seu lugar fez Filosofia, sob o regime estadual (Deliberação CEE nº 1/69). E, outrossim, porque pela Lei federal nº 5692/71, não se exige mais exame de língua viva. Contudo, decidirá a Segunda Câmara com sua alta sabedoria, e, ao depois, o Conselho Pleno.

Este meu parecer servirá apenas de elemento elucidativo das suas deliberações.

São Paulo, 10 de agosto de 1973

a) Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello - Relator

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presente os nobres Conselheiros: António Delorenzo Neto, Moacyr Expedito Vaz Guimarães e Paulo Gomes Romeo.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973

a) Conselheiro Oswaldo A. Bandeira de Mello - Presidente